



Faculdade de Direito de Varginha

- Reconhecida pelo decreto nº 68.179, de 8 / 2 / 1971
- Rua José Gonçalves Pereira, 112 – Vila Pinto – Varginha, MG
- CEP 37.010-500 – PABX/Fax: (35) 3221 1900
- Home Page: www.fadiva.edu.br
- e-mail: secretaria@fadiva.edu.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
CURSO	DIREITO	TURNOS Diurno e Noturno	ANO 2º
DISCIPLINA	DIREITO PENAL I	CARGA HORÁRIA 120 Horas-aula	
DEPARTAMENTO	DIREITO PÚBLICO	ANO LETIVO 2011	

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Oferecer ao corpo discente os elementos básicos e indispensáveis ao conhecimento sistemático do Direito Penal, especialmente da Parte Geral do Código, conscientizando-o da importância desse estudo e preparando-o para o estudo da Parte Especial e para a sua realização cultural e profissional, na prestação do serviço jurídico-penal, em prol da Justiça, da Paz e dos Direitos Humanos.

EMENTA

Conhecimento sistemático do Direito Penal, parte geral, preparando o discente para a parte especial do Código Penal.

PROGRAMA

1. CONCEITO DE DIREITO PENAL

- a) Noções fundamentais;
- b) Princípios gerais do Direito Penal;
- c) Função de tutela jurídica;
- d) Denominação;
- e) Caracteres do Direito Penal;
- f) Conteúdo do Direito Penal;
- g) Direito Penal subjetivo e objetivo;
- h) Direito Penal substantivo e adjetivo;
- i) Direito Penal comum e especial;
- j) Método do Direito Penal;
- k) Definição do Direito Penal.

2. RELAÇÕES DO DIREITO PENAL COM OUTROS RAMOS DO DIREITO

- a) Posição do Direito Penal no quadro geral do Direito;
- b) Relações do Direito Penal com o Direito Constitucional, com o Direito Civil, com o Direito Comercial, com o Direito Administrativo, com o Direito Judiciário Penal e com o Direito Internacional Público;
- c) Ciências propedêuticas do Direito Penal;
- d) Disciplinas auxiliares do Direito Penal.

3. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL

- a) Período primitivo: considerações gerais;
- b) Vingança privada;
- c) Lei de Talião;
- d) Reparação pecuniária ("compositio");
- e) Vingança divina;
- f) Direito Penal Romano;
- g) Direito Penal Canônico;
- h) Vingança pública;
- i) Reação filosófica;
- j) Obra de Beccaria (Cesar Bonesana);
- k) Repercussão da obra;
- l) Período Humanitário do Direito Penal;
- m) Conquistas;
- n) Período Científico ou Criminológico do Direito Penal: César Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo.

4. HISTÓRICO DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

- a) Antecedentes;
- b) Brasil-colônia: Livro V das Ordenações Filipinas;
- c) Brasil independente e Brasil-império: Código Criminal de 1.830;
- d) Brasil República: Código Penal de 1.890;
- e) Código Penal de 1.940;
- f) Modificações introduzidas pela Lei 6.416, de 24 de maio de 1977;
- g) Nova Parte Geral do Código, com a Lei 7.209, de 11 de julho de 1984;
- h) Novo Código Penal: necessidade e urgência de sua elaboração.

5. DOCTRINAS E ESCOLAS PENAIS

- a) Direito de punir;
- b) Correntes doutrinárias;
- c) Escola Clássica;
- d) Escola Positiva;
- e) Escola Correccionalista;
- f) Terceira Escola;
- g) Escola moderna alemã;
- h) Outras escolas e tendências.

6. FONTES DO DIREITO PENAL

- a) Fontes de produção ou materiais e fontes de conhecimento ou formais;
- b) Da lei ou norma penal: fonte formal imediata;
- c) Constituição da norma penal;
- d) Classificação das normas penais;
- e) Caracteres da norma penal;
- f) Conceito de norma penal em branco;
- g) Destinatário da norma penal;
- h) Destinatários inválidos;
- i) Fontes formais mediatas: o costume e os princípios gerais do direito;
- j) Formas de procedimento interpretativo: a equidade, a doutrina, a jurisprudência, os tratados e convenções.

7. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

- a) Conceito, necessidade de interpretar as leis e natureza da interpretação;
- b) Espécies de interpretação: quanto ao sujeito que a faz, quanto aos meios empregados e quanto ao resultado;
- c) Critérios de interpretação restritiva e extensiva;
- d) O princípio "In dubio pro reo";
- e) Interpretação analógica.

8. DA ANALOGIA

- a) As lacunas da lei;
- b) Definição, natureza e fundamento;
- c) Requisitos e operação mental;
- d) Analogia, interpretação extensiva e analógica;
- e) Analogia "in bonam partem".

9. CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS

- a) Conceito;
- b) Princípios que solucionam o conflito aparente: da Especialidade, da Subsidiariedade e da Consunção.

10. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E LIMITADORES DO DIREITO PENAL

- a) Princípio da legalidade ou da reserva legal;
- b) Princípio da intervenção mínima;
- c) Princípio da proporcionalidade;
- d) Princípio da insignificância;
- e) Princípio da culpabilidade;
- f) Princípio da humanidade;
- g) Princípio da pessoalidade da pena;
- h) Princípio da individualização;
- i) Princípio da irretroatividade da lei penal;
- j) Princípio da confiança.

11. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO

- a) Considerações gerais;
- b) Nascimento e revogação da lei penal;
- c) Conflito da lei penal no tempo: princípios que reagem a matéria;
- d) Hipóteses de conflito;
- e) "Abolitio criminis";
- f) "Novatio legis";
- g) Irretroatividade "in pejus";
- h) Retroatividade "in melius";
- i) Leis ultrativas;
- j) Do "tempus delicti".

12. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO

- a) Considerações gerais;
- b) Princípio da Territorialidade;
- c) Conceito do território;
- d) Lugar do crime: teorias;
- e) Extraterritorialidade: Princípios.

13. EXTRADIÇÃO

- a) Conceito;
- b) Fundamento e origem do instituto;
- c) Condições de extradição;
- d) Cláusula do atentado;
- e) Extradição de trânsito;
- f) Re-extradição;
- g) Legislação brasileira.

14. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A PESSOAS QUE EXERCEM DETERMINADAS FUNÇÕES PÚBLICAS

- a) Considerações gerais;
- b) Imunidades diplomáticas;
- c) Chefe de governo;

d) Imunidade parlamentar.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL

- a) Pena cumprida no estrangeiro;
- b) Eficácia da sentença estrangeira;
- c) Contagem de prazo;
- d) Frações não computáveis da pena;
- e) Legislação especial.

16. DO CRIME

- a) Considerações gerais;
- b) Concepção formal, substancial e analítica;
- c) Pressupostos do crime;
- d) Sujeitos do crime;
- e) A posição da pessoa jurídica;
- f) Objeto do crime;
- g) Classificação das infrações penais: sistemas dicotômico e tricotômico. Classificações e denominações dos crimes;
- h) Ilícito penal e ilícito civil;
- i) Conceito de crime na legislação brasileira.

17. DA CONDUTA

- a) Conceito e elementos;
- b) Ausência da conduta;
- c) Teorias sobre a ação;
- d) Formas de conduta: ação e omissão;
- e) Teorias;
- f) Crimes omissivos próprios, crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão;
- g) Caso fortuito e força maior.

18. DO RESULTADO

- a) Conceito;
- b) Teorias sobre o resultado;
- c) Controvérsia sobre a existência do crime sem resultado;
- d) Formas de resultados;
- e) Unidade e pluralidade de resultados;
- f) Eliminação da responsabilidade objetiva.

19. DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

- a) Considerações preliminares;
- b) Teorias;
- c) Teoria da equivalência dos antecedentes causais;
- d) Resultado e evento;
- e) Causa e condição;
- f) Superveniência causal;
- g) Relevância da omissão.

20. DA TIPICIDADE

- a) Conceito;
- b) Conduta e tipicidade;
- c) Tipo legal e fato concreto;
- d) Tipicidade e norma penal em branco;
- e) Do tipo.

21. DO CRIME CONSUMADO

- a) O "iter criminis";

- b) Atos preparatórios e executórios;
- c) Crime consumado, tentado e exaurido;
- d) O momento consumativo, segundo a natureza do crime.

22. DA TENTATIVA

- a) Conceito e pena;
- b) Natureza jurídica;
- c) Elementos;
- d) Tentativa perfeita e imperfeita;
- e) Elementos subjetivos;
- f) Infrações que não admitem tentativa;
- g) Desistência voluntária e arrependimento eficaz;
- h) Arrependimento "post factum";
- i) Crime falho;
- j) Crime impossível.

23. DO CRIME DOLOSO

- a) Conceito e definição de dolo;
- b) Teoria sobre o dolo;
- c) Elementos do dolo;
- d) Espécies de dolo.

24. DO CRIME CULPOSO

- a) Conceito e definição de culpa;
- b) Elementos da culpa;
- c) Elementos do fato típico culposo;
- d) Graus de culpa;
- e) Formas de culpa;
- f) Espécies de culpa;
- g) Culpa inconsciente, culpa consciente e dolo eventual;
- h) Culpa presumida;
- i) Compensação e concorrência de culpa;
- j) Excepcionalidade do crime culposo;
- k) Culpa e caso fortuito;
- l) Culpa e risco tolerado;
- m) Co-autoria em crime culposo;
- n) Tentativa em crime culposo;
- o) Agravação pelo resultado;
- p) Crime preterdoloso.

25. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

- a) Conceito: conseqüências de cada modalidade de erro;
- b) Discriminantes putativas;
- c) Erro determinado por terceiro;
- d) Erro sobre a pessoa;
- e) Erro sobre a ilicitude do fato.

26. COAÇÃO IRRESISTÍVEL

- a) Conceito e espécies de coação;
- b) Coação moral irresistível como causa de exclusão da culpabilidade;
- c) Responsabilidade do coator.

27. OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA

- a) Conceito e espécies de ordem de superior hierárquico;
- b) Obediência hierárquica como causa de exclusão da culpabilidade;
- c) Requisitos;

d) Responsabilidade do superior hierárquico.

28. DA CULPABILIDADE

- a) Conceito;
- b) Elementos;
- c) A culpabilidade como pressuposto ou elemento do crime;
- d) Teoria da "Actio libera in causa".

29. DA ANTIJURIDICIDADE OU ILICITUDE

- a) Considerações gerais;
- b) Antijuridicidade e tipicidade;
- c) Antijuridicidade objetiva e subjetiva;
- d) Antijuridicidade penal e extrapenal;
- e) Causas de exclusão de ilicitude;
- f) Excesso punível.

30. DO ESTADO DE NECESSIDADE

- a) Teorias;
- b) Requisitos;
- c) Perigo atual;
- d) Estado de necessidade próprio e de terceiros;
- e) Situação do perigo não causada voluntariamente pelo sujeito;
- f) Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo;
- g) Inevitabilidade do comportamento lesivo;
- h) Inexigibilidade do sacrifício do interesse ameaçado;
- i) Elemento subjetivo do estado de necessidade: conhecimento da situação do fato justificante;
- j) Causa de diminuição de pena;
- l) Formas do estado de necessidade;
- m) Excesso;
- n) Estado de necessidade putativo.

31. DA LEGÍTIMA DEFESA

- a) Considerações preliminares;
- b) Natureza jurídica;
- c) Conceito e requisitos;
- d) Agressão injusta, atual ou iminente;
- e) Direito do agredido ou de terceiro atacado;
- f) Repulsa com os meios necessários;
- g) Moderação na repulsa;
- h) O elemento subjetivo da legítima defesa;
- i) Excesso;
- j) Legítima defesa subjetiva;
- l) Legítima defesa sucessiva;
- m) Legítima defesa putativa;
- n) Legítima defesa e estado de necessidade;
- o) Provocação e legítima defesa;
- p) Tentativa em legítima defesa;
- q) Inadmissibilidade de legítima defesa recíproca.

32. DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

- a) Conceito;
- b) Ocorrência da excludente, quando há o dever imposto pela lei objetiva;
- c) Elemento subjetivo;
- d) Diferenciação entre dever e obediência hierárquica.

33. DO EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO

- a) Conceito;
- b) Casos mais comuns;
- c) Intervenções médicas e cirúrgicas;
- d) Requisitos;
- e) Abuso de direito.

34. DO CONSENTIMENTO DO OFENDIDO

- a) Natureza e fundamento;
- b) Formas de consentimento;
- c) Direitos indisponíveis;
- d) Capacidade de consentir;
- e) Requisitos do consentimento justificante;
- f) Formas de funcionamento do consentimento;
- g) Momento para a validade do consentimento.

35. DA IMPUTABILIDADE PENAL

- a) Inimputáveis;
- b) Critérios de aferição da inimputabilidade;
- c) Distinção entre doença mental, desenvolvimento mental incompleto e desenvolvimento retardado;
- d) Distinção entre incapacidade de entendimento do caráter ilícito do fato e incapacidade de determinação de acordo com esse entendimento;
- e) Diminuição da capacidade de entendimento e de vontade, caso de redução facultativa da pena;
- f) Conseqüências jurídicas da inimputabilidade;
- g) Controvérsias sobre a imputação objetiva no Direito Penal.

36. DA INIMPUTABILIDADE PELA MENORIDADE

- a) Fundamentos da inimputabilidade do menor;
- b) Legislação brasileira. Estatuto da Criança e do Adolescente;
- c) Posição do menor no quadro social humano.

37. DA INIMPUTABILIDADE POR EMBRIAGUEZ COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- a) Conceitos, fases e espécies de embriaguez;
- b) Quadro da embriaguez na legislação penal brasileira;
- c) Embriaguez voluntária e culposa;
- d) "Actio libera in causa";
- e) Embriaguez acidental;
- f) Embriaguez simples, patológica, habitual e pré-ordenada: soluções legais.

38. DO CONCURSO DE PESSOAS

- a) Conceito;
- b) Requisitos para a configuração do concurso;
- c) Autoria;
- d) Relação com a teoria da causalidade;
- e) Formas de concurso: co-autoria e participação;
- f) Teorias sobre a natureza jurídica do concurso;
- g) Formas de participação;
- h) Autoria mediata;
- i) Autoria colateral;
- j) Autoria incerta;
- l) Concurso em crime culposos;
- m) Participação culposa em crime doloso e participação dolosa em crime culposos;
- n) Participação por omissão;
- o) Concurso de pessoas, agindo uma com o dolo direto e outra com dolo eventual;
- p) Participação de participação e participação sucessiva;
- q) Momento da participação e exclusão da participação posterior ao delito;

- r) Participação de menor relevância;
- s) Controvérsia sobre o concurso no infanticídio;
- t) Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias;
- u) Casos de impunibilidade.

39. DAS PENAS

- a) Conceito de pena;
- b) Espécies de penas;
- c) Das penas privativas de liberdade;
- d) Reclusão e detenção;
- e) Regime fechado, semi-aberto e aberto;
- f) Regras de cada um dos regimes;
- g) Regime especial. Legislação Especial;
- h) Superveniência de doença mental;
- i) Detração penal.

40. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

- a) Conversão;
- b) Prestação pecuniária;
- c) Perda de bens e valores;
- d) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
- e) Interdição temporária de direitos;
- f) Limitação de fim de semana.

41. DA PENA DE MULTA

- a) Pagamento da multa;
- b) Conversão da multa e revogação;
- c) Modo de conversão;
- d) Suspensão da execução da multa.

42. DA COMINAÇÃO DAS PENAS

- a) Penas privativas de liberdade;
- b) Penas restritivas de direitos;
- c) Pena de multa.

43. DA APLICAÇÃO DA PENA

- a) Atributos indispensáveis ao Juiz na aplicação da pena;
- b) Fixação da pena-base;
- c) Importância e análise do art. 59 do Código Penal;
- d) Critérios especiais da pena de multa;
- e) Multa substitutiva.

44. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

- a) Considerações gerais;
- b) Análise de cada uma delas (art.61);
- c) Concurso de agravantes e atenuantes;
- d) Agravantes no caso de concurso de pessoas.

45. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES

- a) Análise de cada uma delas (art. 65 do Código Penal);
- b) Atenuantes do art. 66.

46. CÁLCULO DA PENA

- a) Roteiro: art. 68;
- b) Concurso de causas de aumento e de diminuição;
- c) Concurso material;

- d) Concurso formal;
- e) Crime continuado;
- f) Multas no concurso de crimes;
- g) Erro na execução ("aberratio ictus");
- h) Resultado diverso do pretendido;
- i) Limite das penas;
- j) Concurso de infrações.

47. CASOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO DA PENA, PRINCIPALMENTE EM CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

48. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

- a) Conceito do instituto, também chamado "sursis";
- b) Requisitos;
- c) Condições estabelecidas pelo Juiz;
- d) Revogação facultativa e obrigatória;
- e) Prorrogação do período de provas;
- f) Cumprimento das condições;
- g) Casos práticos.

49. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

- a) Conceito;
- b) Requisitos;
- c) Soma de penas;
- d) Especificações das condições;
- e) Revogação do benefício e seus efeitos;
- f) Formalidades da concessão do benefício;
- g) Extinção da pena.

50. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

- a) Efeitos genéricos e específicos;
- b) Análise de cada um dos efeitos.

51. DA REABILITAÇÃO

- a) Conceito;
- b) Prazo e condições para requerer o benefício;
- c) Quando pode ocorrer a revogação.

52. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

- a) Considerações gerais;
- b) Espécies;
- c) Imposição da medida para o imputável;
- d) Origem do instituto;
- e) Medida de segurança e pena;
- f) Prazo;
- g) Perícia médica;
- h) Desinternação ou liberação condicional;
- i) Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável;
- j) Direitos do internado.

53. DA AÇÃO PENAL

- a) Origem e evolução;
- b) Histórico da evolução penal no Brasil;
- c) Ação pública e de iniciativa privada;
- d) Ação penal no crime complexo;
- e) Irretratibilidade da representação;

- f) Decadência do direito de queixa e representação;
- g) Perdão do ofendido;
- h) Casos práticos relacionados com a ação penal;
- i) Lei nº 9.099, de 25/09/95: Juizado Especial Criminal.

54. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

- a) Considerações gerais;
- b) Casos de extinção previstos no art. 107 do Código Penal e análise de cada um deles;
- c) Prescrição antes de transitar em julgado a sentença final condenatória;
- d) Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível;
- e) Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional;
- f) Prescrição de multa;
- g) Redução dos prazos de prescrição;
- h) Causas impeditivas da prescrição;
- i) Causas interruptivas da prescrição;
- j) Perdão judicial;
- l) Casos práticos de extinção da punibilidade.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Observar-se-á o Regimento.

Os alunos farão duas provas semestrais escritas e duas provas escritas sobre temas previamente dados para pesquisa. Farão trabalhos para a finalidade de notas e conceito, influenciando, também, na nota de conceito, a frequência, as arguições orais, a participação nas aulas e nos debates. Obtendo, como média, a nota mínima de 7 (sete), estarão promovidos. Caso contrário, serão submetidos a exame final escrito, devendo, para efeito de aprovação, obter, na extração da média, a nota mínima de 5 (cinco).

METODOLOGIA

Na metodologia a ser utilizada, dar-se-á ênfase às técnicas pedagógicas de aulas expositivas, seminários, trabalhos individuais de pesquisa, dinâmicas de grupos e debates, uso de tribuna. Além de visitas à biblioteca da Faculdade, visitas, de caráter pedagógico, serão feitas, também, a presídios e IMLs. Sempre que possível e com o comparecimento obrigatório dos alunos, haverá palestras e conferências por renomados mestres da área do Direito Penal.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

CÓDIGO PENAL.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal*, Editora Saraiva: São Paulo, 4 volumes, 2011.

PRADO, Luís Régis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*, Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 4 volumes, 2011.

MIRABETE, Fabbrini Júlio. *Manual de Direito Penal*. Editora Atlas: São Paulo, 3 volumes, 2011.

ESTEFAM, André. *Direito Penal*. Editora Saraiva: São Paulo, 4 volumes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. *Manual de Direito Penal*. Editora Saraiva: São Paulo, 4 volumes, 2011.

ISHIDA, Valter Kenji. *Curso de Direito Penal*. Editora Atlas: São Paulo, 1 volume, 2011.

BITTENCOUT, Cesar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. Editora Saraiva: São Paulo, 5 volumes, 2011.
TELES, Ney Moura. *Direito Penal*. Editora Atlas: São Paulo, 3 volumes, 2011.

COORDENAÇÃO DO CURSO

Aprovado: 21/1/2011

Prof. Francisco Vani Bemfica